

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 21 DE MAIO DE 2010

NÚMERO 6.173

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2173 EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa2</p> <p>Publicações Diversas Ata da Procuradoria.....2 Atas de Comissões Permanentes3 Audiência Pública.....4 Extratos11 Redações Finais.....11</p>
--	--	---

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 045-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gelson Merisio para ausentar-se do País, no período de 23 a 28 de maio de 2010, a fim de participar do 7º Seminário Binacional de Gestão Pública Municipal, na cidade do Seixal - Lisboa - Portugal. PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 21 de maio de 2010
Deputado Jorginho Mello - 1º Vice-Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 046-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONCEDE autorização à Senhora Deputada Ada Faraco De Luca para ausentar-se do País, no período de 23 a 30 de maio de 2010, a fim de participar do 7º Seminário Binacional de Gestão Pública Municipal, na cidade do Seixal - Lisboa - Portugal. PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 21 de maio de 2010
Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 047-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Moacir Sopelsa para ausentar-se do País, no período de 23 de maio a 1º de junho de 2010, a fim de participar do 7º Seminário Binacional de Gestão Pública Municipal, na cidade do Seixal - Lisboa - Portugal.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 21 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 048-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Wilson Vieira para ausentar-se do País, no período de 25 a 29 de maio de 2010, a fim de participar do V Encontro Internacional de Justiça e Direito que acontecerá no Palácio de Convenções de Havana, em Cuba.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 20 de maio de 2010

Deputado Jorginho Mello - Presidente, e.e.

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Presidente
Sandra Maria Raimundo Medeiros - Secretária

ATA DA 1729ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da

Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1729ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Ausentes, justificadamente, o Dr. Anselmo Inácio Klein e o Dr. José Buzzi. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Processo em Regime de

Vista: Consulta encaminhada em 07/04/2010, Interessado: Coordenador da Coordenadoria de Processamento de Sistema de Pessoal "esclarecimentos da aplicação das regras constitucionais c/c a Lei Complementar nº 412/2008, de 26/06/2008", relator Dr. Sérgio Augusto Machado, parecer aprovado por unanimidade. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0686/10, de Luciano de Carvalho Oliveira; Processo nº 0766/10, de Osvino Koch e Ofício nº 0277/2010/27ª/PJ/CAP - 13/05/2010, Interessado: Durval da Silva Amorim - Promotor de Justiça Defesa da Moralidade Administrativa "Informações Inquérito Civil Público nº 6.2008.000842-0 (existem Policiais Militares do Estado de SC ocupando cargos em comissão na pasta em questão?)". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0778/10, de Albino Giusti; Processo nº 0445/10, de Diogenes Domingos Grigolo; Processo nº 0824/10, de Jorge Blank e Processo nº 0826/10, de Paulo Cesar Rodrigues. 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0849/10, de Marcos Faria Ferreira; Processo nº 0850/10, de Maurício Nascimento e Processo nº 0828/10, de Jackson Ziemer Carneiro. 5) Constante da pauta, parecer emitido pelo Dr. José Buzzi a Consulta - Ofício CL nº 294/2010 - 14/05/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade - inscrições dos servidores da ALESC em Seminário na cidade de Seixal Região de Lisboa - Portugal", que foi relatado pelo Procurador-Geral, e após discussão teve o parecer aprovado. 6) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, Processo nº 0655/10, de Alberto Cechetto Beck, retirado de pauta com pedido de vista do Dr. Luiz Alberto Seccon. Continuando, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0776/10, de Any Santos; Processo nº 0822/10, de Vilson Elias Vieira; Processo nº 0689/10, de Renata Rosenir da Cunha; a relatora deu conhecimento do parecer exarado ao Mandado de Segurança nº 2010.023228-2 - Impetrantes: Rossano Cancelier e outro - Impetrado: Presidente da ALESC "Nomeação dos impetrantes obedecendo a ordem de classificação dos portadores de deficiência referente ao Concurso Público da ALESC". 7) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0817/10, de Vera Lehmkuhl e Processo s/nº - Ofício nº 95/2010/OE - 11/05/2010, Interessada: Des. Salete Silva Sommariva - Relatora "Inquérito nº 2009.0004749-0". 8) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, Processo nº 0768/10, de Salvio Zulmar de Souza, retirado de pauta com pedido de vista do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior. Continuando, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0851/10, de Tarcísio Kock e Processo s/nº - Ofício Dir. nº 118/2010 - 13/05/2010, Interessada: Diretora de Comunicação Social "Proposta das Emissoras de Rádio e Televisão - ACAERT, formulada à ALESC (produção de um livro comemorativo a 50 anos dos Jogos Abertos em SC)". Incluído extra pauta, por solicitação do relator, a Consulta - Projeto de Resolução, de 19/05/2010, Interessado: Diretor Geral "Altera o art. 1º da Resolução nº 008, de 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo", parecer aprovado. 9) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, retirados de pauta com pedido de vista do Dr. Sérgio Augusto Machado os processos: Processo nº 0483/10, de Moacir Sacenti e Processo nº 0627/10, de Alexandre Melo. Continuando, do mesmo Relator, incluída extra pauta a Consulta Ofício CI nº 055/2010, de 19/05/2010, Interessado: Deputado Rogério "Peninha" Mendonça "Questionamento acerca da Legislação Eleitoral", aprovado por unanimidade o parecer. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia vinte e seis (26) de maio. Eu, Sandra Maria Raimundo Medeiros, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 19 de maio de 2010.

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

As nove horas do dia onze de maio de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniram-se à Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Dirceu Dresch, Sargento Amauri Soares, Renato Hinning substituindo Elizeu Mattos, Valdir Cobalchini substituindo Antônio Aguiar e Darci de Matos substituindo Cesar Souza Junior. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 9ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou a palavra aos Senhores Deputados para relatar as matérias em pauta. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0016.4/2010, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em Gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei nº 0061.3/2010, exarou parecer pelo apensamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0012.5/2010, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei nº 0067.9/2010, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** leu o parecer contrário exarado pelo Relator Deputado Cesar Souza Junior ao Projeto de Lei nº 0152.5/2009, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o Projeto de Lei nº 0016.9/2010, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Valdir Cobalchini** leu o parecer favorável exarado pelo Relator Deputado Antônio Aguiar ao Projeto de Lei nº 0008.9/2010, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Renato Hinning** leu o parecer favorável exarado pelo Relator Deputado Dirceu Dresch à Proposta de Sustação de Ato nº 0001.7/2010, que colocada em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Romildo Titon** relatou os Projetos de Lei de nº 0048.6/2010, 0136.5/2010, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei 0131.0/2010 exarou parecer pelo diligenciamento, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. A reunião foi suspensa, em razão do término do prazo de tramitação da Medida Provisória nº 00163/2010. Reaberto os trabalhos, a referida proposição foi encaminhada por chamado da Presidência, sendo incluída na Ordem do Dia da Sessão Plenária subsequente para discussão e votação, conforme previsão do art. 311, Parágrafo único do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Em seguinte a reunião foi encerrada. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Mabel Santos da Silva, Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em 11 de maio de 2010.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, às nove horas, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniram-se os deputados: Marcos Vieira, Valdir Cobalchin, em substituição ao deputado Renato Hinnig, Profª Odete de Jesus, Sargento Amauri Soares, em substituição ao deputado Pedro Uczai, Elizeu Matos, em substituição ao deputado Manoel Mota, Reno Caramori, em substituição ao deputado Sílvio Dreveck, Gilmar Knaesel, Lício Mauro da Silveira e Darci de Matos. Ato continuum, o Presidente colocou em discussão e votação a ata da 7ª reunião ordinária, que, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Na

seqüência, o Presidente Marcos Vieira passou a nominar os deputados que participaram das audiências públicas regionais para a Lei de Diretrizes Orçamentária- LDO, dois mil e dez e Lei Orçamentária Anual- LOA, dois mil e onze. Deputado Décio Góes - PT, Lício Mauro da Silveira - PP, Marcos Vieira - PSDB, Narcizo Parisotto - PTB, Profª Odete de Jesus - PRB, Renato Hinnig - PMDB, Sargento Amauri Soares - PDT e Ozair Coelho de Souza (Polaco) - PPS. A deputada Profª Odete de Jesus relatou o PL./0089.4/2010, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Elizeu Matos relatou as matérias: MPV/00173/2010, em discussão, foi solicitado vista ao deputado Darci de Matos, seu voto vista foi em concordância com o do relator, não houve o pedido de retirada das emendas por parte do Partido dos Trabalhadores, em votação, foi aprovado por unanimidade, relatou o PL./0018.0/2010, em discussão, foi solicitado vista em gabinete a deputada Profª Odete de Jesus, também relatou o PL./0079.2/2010, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, relatou o PLC./0018.6/2010, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Reno Caramori relatou o voto vista da MPV/00172/2010, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, relatou também a MPV/00171/2010, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Seguindo, o deputado Gilmar Knaesel relatou a MPV/00167/2010, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Seguindo, o deputado Darci de Matos relatou o PL./0078.1/2010, seu relatório foi pelo diligenciamento, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Presidente Marcos Vieira relatou as seguintes matérias: MPV/00165/2010, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade, MPV/00169/2010, em discussão e votação, foi aprovada por maioria e a MPV/00176/2010, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.. O Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, a qual eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, aos cinco dias de maio do ano de dois mil e dez.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, às nove horas, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniram-se os deputados: Marcos Vieira, Silvio Dreveck, Décio Góes, em substituição ao dep. Pedro Uczai, Lício Mauro da Silveira, Gilmar Knaesel, Darci de Matos, Manoel Motta, Renato Hinnig, substituído pelo deputado Valdir Colbachini a partir das dez horas e a deputada Profª Odete de Jesus. Ato contínuo, o Presidente colocou em discussão e votação, a ata da 8ª reunião ordinária, que foi a pedido do PT, deixada para receber uma nova redação na MPV/00173/2010 para então ser votada. Na seqüência, o Presidente Marcos Vieira passou a palavra à deputada Profª Odete de Jesus, que relatou os seguintes projetos: PL./0083.9/2010, seu voto foi pelo diligenciamento, com a inclusão da UDESC, a pedido do deputado Lício Mauro da Silveira, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL./0092.0/2010, em discussão, foi solicitado vista em gabinete pelo deputado Manoel Mota. O deputado Silvio Dreveck relatou o OF./0009.6/2010, em discussão e votação, foi concedido vista em gabinete ao deputado Gilmar Knaesel. A palavra foi cedida aos deputados: Lício Mauro da Silveira, Gilmar Knaesel e Darci de Matos, que declinaram da mesma, alegando nada a relatar. O deputado Manoel Mota relatou o PL./0442.1/2009, em discussão, foi solicitado vista em gabinete ao deputado Silvio Dreveck. O deputado Renato Hinnig relatou o PLC/0015.3/2010, seu voto foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O deputado Marcos Vieira relatou as seguintes matérias: MPV/00170/2010, seu voto foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovada por maioria, PL./0064.6/2010, seu voto foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL./0077.0/2010, seu voto foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por

unanimidade. O Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, a qual eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, aos doze dias de maio do ano de dois mil e dez.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SEXTA LEGISLATURA

As onze horas e dez minutos do dia doze de maio de dois mil e dez, reuniram-se os Senhores Deputados, Dirceu Dresch, Edison Andrino, Onofre Agostini e Odair Polaco. O (Senhor Presidente, Deputado Dirceu Dresch) - "Senhores Deputados bom dia. Damos início neste momento aos trabalhos desta Comissão. Temos dois Projetos de Leis, o PL./0277.6/2008 e o PL./0465.8/2009, aprovados por maioria. Temos dois pedidos de Audiências Públicas uma requerida pelo Deputado Décio Góes que visa debater os Impactos Socioambientais do Porto Mar Azul e outra solicitada por este Deputado para debater o Impacto das Multas Ambientais Aplicadas na AMARP. Ambas aprovadas por unanimidade. Temos uma solicitação de parceria da Cooperativa Ecológica de Agricultores Consumidores e Artesãos da Região Serrana, para a realização de quatro Audiências Públicas. Este deputado entrará em contacto com a Presidência desta Casa para os devidos encaminhamentos. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de Secretária da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Sala da Comissão, em doze de maio de dois mil e dez.

Deputado Dirceu Dresch

Presidente

*** X X X ***

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE PARA DEBATER OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DA INDÚSTRIA DE FOSFATADOS CATARINENSE (IFC) A SER IMPLANTADA NO VALE DO RIO DOS PINHEIROS, NO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2010, ÀS 19H, EM LAGUNA/SC.

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e dez, às dezenove horas, realizou-se no auditório do Centro Cultural e Social Santo Antônio dos Anjos, em Laguna, Santa Catarina, audiência pública proposta pelo Deputado Estadual Décio Góes (PT) com o objetivo de debater os impactos socioeconômicos e ambientais da Indústria de Fosfatos Catarinense (IFC) a ser implantada no Vale do Rio dos Pinheiros, município de Anitápolis. O Senhor Newton Zomkowski, Mestre-de-Cerimônias, seguindo o protocolo, disse que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) ali estava cumprindo determinação legal. A seguir, convidou para tomar assento à mesa as seguintes autoridades: Senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc; Senhor Deputado Estadual Décio Góes, proponente da audiência pública; Senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes; Senhor Célio Antônio, Prefeito do Município de Laguna; Senhor Aluísio Heidemann Jocken, Pároco da Paróquia Santo Antônio dos Anjos de Laguna; Senhor Gabriel Faria de Oliveira, Defensor Público Federal; Senhor Vereador Eduardo Nacif Carneiro, representando a Câmara Municipal de Laguna; Senhora Professora Maria Paula Marimon, Geóloga, representando o Departamento de Geografia da Faed/Udesc - Florianópolis; Doutor Eduardo Bastos Moreira Lima, Advogado da Associação Montanha Viva; Senhor Antônio Adílio da Silveira, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga; Senhor Francisco de Assis Beltrame, Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica de Tubarão e Complexo Lagunar; Senhor Ademir Milo Motta da Silva, representando a Associação Agroecológica das Encostas da Serra Geral (Agreco); Senhor Haroldo Silva, Secretário de Desenvolvimento Regional de Tubarão, representando a Amurel; Deputado Estadual Suplente Círio Vandresen, representando o Ministério da Pesca e

Aquicultura; e Senhor Mauro Vargas Candemil, Secretário de Desenvolvimento Regional de Laguna. Dando sequência a reunião, passou a palavra ao Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc, Deputado Estadual Dirceu Dresch, que abriu os trabalhos desejando boas-vindas a todos e agradecendo-lhes pela presença. A seguir, registrou que este ano está substituindo o Deputado Décio Góes na presidência da Comissão de Turismo e Meio Ambiente; e que era uma alegria proporcionar um debate sobre tema tão importante para a região, para a questão ambiental e para as futuras gerações. Frisou que a Assembleia Legislativa e a Comissão de Turismo e Meio Ambiente estavam cumprindo o seu papel ao ouvir a comunidade e ao se fazer presente em todas as regiões do Estado de Santa Catarina; e comunicou que era a quarta reunião realizada para discutir os possíveis impactos da Indústria Fosfateira Catarinense (IFC). Após, lembrou a discussão do novo Código Ambiental Catarinense, que proporcionou um conjunto de atividades no Estado e na Assembleia Legislativa; fez menção ao debate ocorrido na Alesc, à tarde, com lideranças da França, sobre os impactos do modelo de agricultura e do uso indiscriminado dos agrotóxicos e o seu significado para a saúde dos agricultores e sobre a perspectiva de eles produzirem um produto mais limpo, um produto agroecológico orgânico; e disse que grandes debates estão sendo feitos na perspectiva de construir um meio ambiente de qualidade e com qualidade de vida para as pessoas. A seguir, sobre o debate da instalação da Fosfateira em Anitápolis, explicou que [a Comissão] resolveu ouvir, primeiro, a comunidade, conhecer as consequências do projeto, o impacto que vai causar na região, e depois dos debates, juntamente com a comunidade e com os órgãos públicos, construir uma posição unificada e firme daquilo que é o melhor para a região; e comprometeu-se a defender o que fosse decidido ali. Concluindo, agradeceu a presença de todos e concedeu a palavra ao Deputado Estadual Décio Góes, proponente da audiência pública, que cumprimentou todos; agradeceu-lhes pela presença, em especial ao Prefeito Célio Antônio, anfitrião do evento, e ao Pároco Aluisio Heidemann Jocken, que cedeu o espaço para a reunião; e registrou o deslocamento que o Deputado Kennedy Nunes e o Deputado Dirceu Dresch fizeram para prestigiar a reunião. Ato contínuo, narrou os fatos acontecidos desde dois mil e oito, ano em que foi alertado pelo Movimento Montanha Viva e por outros sobre o projeto de Anitápolis, que até então não conhecia, assim como a grande maioria do povo catarinense. Disse que a primeira audiência pública foi em Florianópolis, na Alesc, com a participação de aproximadamente quinhentas pessoas, para debater a Licença Ambiental Prévia e os possíveis impactos da IFC; que na época encaminharam cópia do EIA-RIMA do empreendimento ao Comitê da Bacia de Tubarão, que nem conhecia o empreendimento, e a outros órgãos; e que foi constituído um grupo de trabalho, em parceria com algumas universidades, para esmiuçar o estudo de impacto ambiental e criar uma massa crítica sobre o projeto em si. Também historiou que, paralelo a isso, o Movimento se articulou, cresceu, foi ao Ministério Público, e que uma ação civil acabou resultando, no final do ano, na suspensão da Licença Ambiental Prévia que a Fatma havia concedido sem conhecimento do Ibama (área com mais de trezentos e cinquenta hectares de mata atlântica). Afirmou que outra audiência pública foi realizada em setembro, dessa vez em Braço do Norte, com a participação de oitocentas pessoas, objetivando debater os impactos positivos apresentados pelo empreendedor e os negativos contrapostos pelo grupo de trabalho constituído na primeira reunião, colocando um projeto em confronto com outro. Contou que nessa ocasião os pareceres técnicos foram sistematizados e encaminhados aos órgãos estaduais e federais afetos ao empreendimento, bem como houve o agendamento do debate na esfera federal, que não aconteceu, mas está encaminhado. Ainda, narrou que: em vinte e nove de setembro de dois mil e nove a Justiça Federal suspendeu os efeitos da Licença Ambiental Prévia concedida pela Fatma, atendendo solicitação da ação civil pública movida pela Associação Montanha Viva; em outubro, houve aprovação de audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, a ser realizada em dois mil e dez; em novembro, foram encaminhados ao Ministério Público Federal pareceres técnicos dos professores e pesquisadores Luiz

Fernando Scheibe (UFSC), Sônia Hess (UFMS) e Maria Paula Marimon (UDESC) sobre as inconsistências do Estudo de Impacto Ambiental da Fosfateira; em dezembro de dois mil e nove, o Comitê da Bacia

Hidrográfica de Tubarão apresentou parecer técnico sobre os impactos da Fosfateira; e em fevereiro de dois mil e dez, lideranças e entidades solicitaram à Assembleia Legislativa nova audiência pública, dessa vez aqui, em Laguna, para se debater amplamente as questões pertinentes à instalação da Indústria Fosfateira Catarinense. Após, disse que estava fazendo uma retrospectiva de tudo para que todos se inteirassem das ações desenvolvidas [desde] a primeira audiência, que teve como objetivo levar ao conhecimento da sociedade catarinense o projeto e os seus impactos, afirmando estar convencido de que os impactos sociais e ambientais não justificam o empreendimento. Acrescentou que é preciso buscar alternativas para fertilizar os solos; que o Deputado Dirceu Dresch faz parte da agricultura familiar; que se precisa produzir fertilizantes que não sejam químicos, mas com base orgânica; que Santa Catarina tem muita matéria-prima nesse campo; que tem muito dejetos de suíno que não é aproveitado, da mesma forma a cama de aviários e outros dejetos que não têm destino apropriado.; e questionou sobre a possibilidade de transformar esses dejetos em adubo orgânico, o que seria uma grande contribuição para o Brasil. Finalizou agradecendo a todos pela presença e devolveu a palavra do deputado Dirceu Dresch. Retomando a palavra, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch, informou que no decorrer da audiência seria feito o registro das autoridades e entidades presentes. A seguir, passou a presidência dos trabalhos ao Deputado Estadual Décio Góes, proponente da audiência pública. *(O Senhor Deputado Estadual Décio Góes assume a presidência dos trabalhos.)* O Senhor Presidente Deputado Estadual Décio Góes, explicou a metodologia a ser desenvolvida na audiência pública e registrou que a empresa IFC não aceitou o convite para participar do debate. *(Vaia.)* A seguir, concedeu a palavra ao Deputado Estadual Kennedy Nunes, que cumprimentou os presentes e disse que foi convocado pela Montanha Viva para estar ali e que aceitou para poder entender melhor esse assunto que vai mexer com a vida das pessoas da região. Salientou que através da Internet, discutindo o convite feito pela Montanha Viva, surgiram várias pessoas dando outras sugestões de como produzir o fosfato através do lixo, que é uma experiência com êxito em vários locais, e que em São Paulo foi aprovado o uso do próprio esgoto como matéria para produzir esse fertilizante. Agradecendo o convite, disse que precisava estar envolvido no assunto, tendo em vista que passa pela Assembleia Legislativa, e que o deputado Dirceu também tem a preocupação quanto aos dejetos suínos da região Oeste e da região de Braço do Norte. Encerrou dizendo que estava ali mais para ouvir do que falar e agradeceu a todos pela mobilização e pela presença, porque é assim que se constrói cidadania neste Estado. Ato contínuo, o Senhor Célio Antônio, Prefeito Municipal de Laguna, ao fazer uso da palavra, agradeceu a todos pela presença em Laguna e também a Assembleia Legislativa por promover a audiência pública para esclarecer principalmente o povo de Laguna que teve pouco contato com esse assunto. Disse que não esteve em Braço do Norte e lamentou a falta da empresa em Laguna, o quê, por si só, justifica o seu não ao projeto, e que, inclusive, iria discutir mais com o governo sobre ele. Afirmou que estava ali mais para ouvir o que significa esse projeto, porque a região já teve uma experiência muito ruim na produção de fertilizantes, ou de produtos, insumos de fertilizantes, e lembrou das chuvas ácidas no Município de Imbituba por conta da ICC, o que levou a sua desativação, e que não quer que as mesmas retornem trazendo grande prejuízo à região. Agradeceu desejando uma boa-noite a todos. Dando sequência à reunião, o Senhor Vereador Eduardo Nacif Carneiro, representando a Câmara Municipal de Laguna, ao usar a palavra, cumprimentou os presentes; disse que seria breve no seu comentário; registrou que esteve presente na audiência pública realizada em Braço do Norte, discutindo sobre ela; e lamentou a ausência da Fatma, que é o órgão ambiental imbuído de conceder a licença ambiental. Depois constatou na apresentação da doutora Sônia Hess da professora

Maria Paula Marimon que os números apresentados pela empresa são contraditórios; que os danos causados com essa exploração são irreparáveis inclusive para as lagoas e para os pescadores de toda a região da Amurel; que o nível de poluição vai além do que foi apresentado no projeto; que não existe compensação ambiental que justifique a instalação dessa empresa; e que foram mostradas fotos de devastações causadas por outras empresas (através de *slide*) com a metade do nível de produção de Anitápolis. Por fim, disse que os dez Vereadores de Laguna que representam cinquenta mil e novecentos habitantes do município vão formalizar uma moção de repúdio à instalação da Fosfateira na região, e concluiu agradecendo pela oportunidade. O Senhor Presidente Deputado Estadual Décio Góes registrou correspondência da Senadora Ideli Salvatti justificando sua ausência e colocando-se à disposição do movimento. A seguir, concedeu a palavra ao Senhor Aluísio Heidemann Jocken, Pároco da Paróquia Santo Antônio dos Anjos de Laguna, que cumprimentou os presentes e pediu perdão porque iria ultrapassar o tempo estipulado. Comunicou que falava em nome da Comissão da Pastoral da Terra da Diocese de Tubarão e das três mil oitocentas e sessenta e sete pessoas que assinaram o abaixo-assinado, que seria entregue ao Presidente, contra a instalação da Fosfateira. Pediu que todos batassem uma salva de palmas à Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa que promove o evento dando a oportunidade ao povo de conhecer e se manifestar a respeito de algo tão importante que diz respeito à sua vida. (*Aplausos.*) Após, recordou e enumerou vários problemas levantados na audiência pública ocorrida em Braço do Norte no dia 25 de setembro do ano passado sobre a Fosfateira, os seus muitos perigos e os seus poucos ganhos. Primeiro, a destruição da mata atlântica (num primeiro momento, aproximadamente trescentos hectares serão destruídos, mas ao todo somaram mil e oitocentos hectares de terra de mata atlântica), que resultará em grandes danos para a região que compreende Florianópolis, Lages, Laguna. Segundo, a poluição atmosférica (na audiência de Braço do Norte a empresa apresentou números falsos com relação ao ácido sulfúrico no ar, que foram contestados por uma engenheira química que fez os cálculos e disse que significam quatrocentas e oitenta e seis toneladas de ácido sulfúrico ao ar/por ano, ou seja, chuva ácida nas suas cabeças nos próximos trinta e três anos), o que só isso seria o bastante para ser contra essa Fosfateira. Terceiro, com relação à Bacia do Rio Braço do Norte (registra que o pessoal trouxe uma faixa dizendo: "A nascente do Rio Braço do Norte vale mais do que a mineração"), será poluída com ácido fluorídrico, o que vai agravar a poluição do Rio Tubarão, porque em seu leito tem depositado cobre, chumbo, cádmio e vanádio (vanádio é altamente cancerígeno), que irão aumentar os problemas de saúde pública já existentes. Disse que são problemas que já saturam a Bacia do Rio Tubarão e do Rio Braço do Norte e que não se pode permitir que a Fosfateira deposite mais toneladas de ácido fluorídrico em seus leitos. Questionou o porquê de Laguna ser campeã estadual de câncer no aparelho digestivo e informou que mais ou menos dez mil pessoas dependem da vida que vem da lagoa e que correrão risco permanente com os dejetos que descerão pelos Rios Tubarão e Braço do Norte e serão depositados nas Lagoas Santo Antônio, Mirim e do Imaruí; e que a Lagoa já está no seu limite máximo e não pode receber mais ácido fluorídrico. Quarto, a perda de empregos, que será generalizada. Quinto, a desvalorização de áreas de lazer e de turismo, em especial nos municípios de Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna, que estão empenhados em desenvolver o agroturismo. Sexto, a ameaça à agricultura familiar. A agricultura familiar é a solução para que os pequenos agricultores permaneçam na roça, evitando o êxodo rural. Sétimo, a eliminação dos produtos livres de química - chuva de ácido sulfúrico. Oitavo, o perigo de rompimento da barragem de sessenta metros de altura por problemas estruturais, naturais ou mesmo por outras razões desconhecidas. Nono, outros problemas relacionados com a queima de lenha, o transporte de enxofre, a mão de obra barata, as leis e entidade flexíveis, a concentração de renda, a transferência de bens da União para o poder privado. Ainda, falou que a natureza é a primeira Bíblia de Deus e não pode ser estuprada por ambição por lucro desmedido e pelo capitalismo selvagem que coloca o ter

acima de tudo. Argumentou que o Ministério Público do Estado tem dito que a jazida é de utilidade pública e de interesse do Brasil, mas que o mais útil e o mais interessante ao País é ver o povo digno, sadio e feliz. Conclamou a Fatma a se associar à defesa do meio ambiente e pediu às autoridades que não permitam que a vida humana seja ameaçada pela Bunge, pela Vale ou por qualquer outra empresa. A seguir, chamou a advogada Rejane da Silva Madalena, que entregou ao Deputado Décio Góes o abaixo-assinado com três mil oitocentas e sessenta e sete assinaturas - coletadas em Laguna, em Nova Brasília, em Imbituba, na Paróquia de Santa Teresinha de Nova Brasília e adjacências. (*Procede-se à entrega do abaixo-assinado ao Senhor Deputado Estadual Décio Góes*) [*Taquígrafo-revisor: Almerinda Lemos Thomé*]. Informou que as assinaturas foram coletadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) com o apoio das Paróquias do Magalhães, de Santo Antônio, de Cabeçuda, de Nova Brasília e de Imaruí; e disse que no abaixo-assinado consta a assinatura de crianças, de estudantes que estão exercendo desde já a sua cidadania. Pediu que, valorizando a opinião do povo, fosse dada a destinação adequada e a mais rentável possível, porque são subscrições especialmente de ribeirinhos que necessitam que o Complexo Lagunar sobreviva, pois dali eles tiram o sustento para as suas famílias. Salientou que eles também dizem não a qualquer empreendimento em nome do lucro antiético, de um progresso minado que venha a comprometer a vida e o futuro. Conclamou todos para que salvem a mata atlântica, o Complexo Lagunar, as águas, o futuro, as vidas. Avaliou que os impactos negativos não justificam o empreendimento da Fosfateira. Finalizando, agradeceu aos que participaram do abaixo-assinado, à CTP e louvou a Deus. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Décio Góes, registrou (e agradeceu-lhes por isso) a presença da Vereadora Arlete Bloemer de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Rio Fortuna; da Senhora Marta Regis Fogaça, Secretária de Turismo e Meio Ambiente do município de Gravatal; do Senhor Valnério Assing, Coordenador-Geral da Associação do Agroturismo, Acolhida na Colônia (Santa Rosa de Lima); do Vereador Salésio Wiemes, da Câmara Municipal de Santa Rosa de Lima; do Senhor Lino de Souza, Assessor Parlamentar, neste ato representando o Deputado Federal Jorge Boeira; do Senhor Tadeu dos Santos, Presidente da ONG Sócios da Natureza e Conselheiro do Conama; do Senhor Geovanio Wens, representando a Sintraf e a Rádio Comunitária de Rio Fortuna; do Vereador Ronaldo Siqueira Kfour, da Câmara Municipal de Laguna; do Senhor Carlos Ghislandi, Secretário-Adjunto de Planejamento e Diretor do Departamento do Meio Ambiente da Prefeitura de Tubarão; da Senhora Daizi Volpato, Presidente da Cáritas Diocesana de Tubarão; do Suplente de Deputado Estadual Círio Vandresen, representando o Ministério da Pesca e Aquicultura; do Senhor Jorge Albuquerque, Presidente da Associação Montanha Viva de Florianópolis; do Senhor Joaquim Guarache, Diretor da Associação Empresarial de Imbituba; do Sargento José dos Passos Lúcio, representando o Comando da 3ª Companhia do Batalhão da Polícia Militar Ambiental; do Senhor Agnaldo Mendonça de Lima, Presidente da Fundação Lagunense do Meio Ambiente; do Vereador José Paulo Ramos, da Câmara Municipal de Laguna; do Vereador Rogério Hasse, da Câmara Municipal de Anitápolis; do Vereador Pedro Raimundo Sobrinho, Presidente da Câmara Municipal de Imaruí; do Vereador José Allein, Vice-Presidente da Câmara Municipal de São Ludgero; da Senhora Maria Manuela dos Reis Vicenti, Presidente Interina da Fundação Lagunense do Meio Ambiente; do Senhor Gilberto da Silva, Delegado Sindical do Sindicato dos Pescadores Profissionais, Pescadores Artesanais e Aprendizes de Pesca das Águas Doces e Salgadas do Território do Estado de Santa Catarina (Sindpesca); do Senhor Paulo César Julio, representando a Associação de Pescadores Artesanais, Nativos, Profissional e Amador de Itapirubá/Imbituba; e do Senhor Volnei da Silva Estevão, representando a Rádio Vitória Comunitária 98.3 FM de Laguna e, em seu nome, agradeceu a presença dos outros veículos de comunicação da região. Na sequência, passou a palavra à Professora Maria Paula Marimon, Geóloga, neste ato representando o Departamento de Geografia da Faed/Udesc Florianópolis, que inicialmente informou que estava representando o grupo que foi constituído para

analisar o Estudo de Impacto Ambiental, no qual os professores Luiz Scheibe e Sonia Hess participam, e que eles não puderam estar na audiência. Disse que, por sua formação, analisou o EIA/Rima sob a ótica da estabilidade da barragem, dos problemas de poluição e das possibilidades de ocorrência de algum desastre natural associado a esse empreendimento. Comentou que uma indústria com um impacto tão grande esperado, conforme citado nas primeiras páginas do EIA, contribuiria com uma diminuição de importação de fosfato em oito por cento do que o Brasil necessita, e que sob essa ótica o grupo avaliou que a previsão de impacto para a região seria muito grande para uma pequena significação econômica para a população em geral e para toda a Bacia do Rio Tubarão. Considerou que estaria acontecendo uma apropriação de recursos na mão de poucos e uma desapropriação dos bens da natureza da Bacia. Em seguida, informou que o grupo apresentou ao Ministério Público alguns pontos que consideraram frágeis no EIA/Rima que foi apresentado pela empresa, e disse ser complexa e difícil a análise desse EIA/Rima pelo fato de ser grande o volume de material e pela quantidade de informação, uma vez que passou pela análise de várias secretarias do Estado e que a Fatma pediu inúmeras análises complementares. Falou que o seu fazer profissional prescinde de verificação *in loco* e que por isso só faz uma análise conhecendo o local, porque pode haver divergências entre o que está escrito no papel e a realidade. Ressaltou que um dos pontos preocupantes em relação ao projeto apresentado é sobre a estabilidade da barragem de rejeitos. Chamou a atenção que está prevista a construção de uma barragem que às vezes aparece no texto com sessenta metros de altura e às vezes com oitenta metros, e disse que não se sabe qual é a altura que vai ter a barragem. Comparou a altura dos prédios da Beira-Mar de Florianópolis com a barragem de sessenta metros, dizendo que esta é mais do que o dobro da altura dos prédios. afirmou que é uma construção monumental e que no estudo não existe um detalhamento de como será feita ancoragem dessa barragem nas rochas laterais ao vale onde ela será encravada. Disse que a empresa fez uma apresentação em Braço do Norte minimizando o impacto, até com uma certa maquiagem, o que causaria a instalação da indústria na região, e que tudo ficaria muito verde, com uma paisagem integrada. Contou que na sua verificação em campo, bem nos locais onde eles pretendem instalar a barragem de rejeitos, observou solos extremamente permeáveis, com espessuras de até quarenta metros expostos, e afirmou não saber se isso iria mais para o fundo, porque só puderam analisar os cortes que já estavam abertos lá por conta de deslizamentos que recém tinham ocorrido, salientando que a natureza os presenteou com pequenos deslizamentos para mostrar a profundidade dos solos que sequer são apontados no estudo. Dessa forma, questionou se podem acreditar num estudo que diz que o solo tem quatro metros, se visivelmente no local viram mais de quarenta metros. Explicou que aquele solo é conhecido como saibro, muito utilizado para fazer cobertura de estrada no interior, que é extremamente frágil para deslizar, é extremamente permeável, podendo conduzir a poluição que ficaria retida atrás da barragem para a parte debaixo, o que traria fragilidade para a instalação da barragem. afirmou que os projetos apresentados desconhecem a presença desses solos e não detalham como seria feito o encravamento da barragem para trazer segurança a algo monumental, com sessenta metros de altura. Devido à fragilidade do solo, questionou com manter algo que vai receber milhares de toneladas de rejeito por ano, e lembrou que já ocorreu no Brasil, no Vale do Paraíba, o rompimento de barragem, praticamente chegando toda a carga sedimentária liberada, pela bacia, até o Oceano Atlântico, e ponderou que se isso acontecesse aqui talvez chegasse ao Complexo Lagunar e até em Laguna. Prosseguindo, informou que no Rio Braço do Norte estão sendo construídas várias PCHs e que o estudo feito pela Fosfateira, em Anitápolis, não considera um possível vazamento, um rompimento ou um aumento de vazão da barragem de rejeitos, e questionou que se isso acontecesse qual seria o impacto sobre a qualidade da água. Disse que a empresa considera no estudo um rio sempre fluente e lembrou que com essas PCHs ao longo do caminho o rio vai virar

um lago, que pode haver condições de eutrofização (perda de oxigênio, possibilidade de perda de fauna, saturação de elementos químicos), reforçando que isso não é considerado no EIA/Rima. Dando prosseguimento, falou que outro ponto não considerado pela empresa é o estudo da vazão do rio desde a sua nascente até o final do empreendimento; que em alguns momentos eles colocam medidas de vazão, e foi verificado através de estudos complementares que há uma oscilação da quantidade de água no rio, demonstrando que em alguns momentos faltaria água para a própria manutenção da industrialização no local. Ainda em relação à vazão do rio, chamou a atenção para outro ponto que não é considerado na modelagem feita para dimensionamento do vertedouro (que seria para saída do excesso de água que poderia ser contido nas cabeceiras do rio), que são as enxurradas súbitas, de enchentes rápidas pela ocorrência de fortes precipitações concentradas, e toda modelagem de deposição dos poluentes gerados pela mineração e pelo beneficiamento. Explicou que toda a matéria mineral vai ser moída para ser extraído o fosfato, que mais de oitenta e cinco por cento do que vai ser minerado vai amontoar-se na barragem de rejeito, e esse material que contém vários poluentes é muito pouco estudado no EIA/Rima, avaliando que eles minimizaram a quantidade de elementos químicos que são analisados. afirmou que a possibilidade de minérios iguais a esses, como há em Poços de Caldas, em Araxá, que têm uma gama de outros poluentes, inclusive chumbo e urânio, não passa nem perto do EIA/Rima. Retomando o ponto sobre a diminuição do minério, explicou que ele precisa de um tempo mínimo na lagoa de rejeito para decantar, de cinco dias a dez dias a água parada na lagoa. Se ocorrer um aumento de vazão - num dimensionamento de vazões máximas, que às vezes ocorre, há estudos que apontam, pelo menos, uma enxurrada súbita por ano na região - esse tempo passaria de um dia a dois dias na passagem desse material pela barragem, o que significa que ele estaria descendo rio abaixo com todo o minério degradado, e afirmou que existe possibilidade de poluição ao longo do rio porque não ficaria tudo retido nas cabeceiras. Lembrando que o Padre Aluisio colocou a questão sobre a contaminação do ar e das águas, afirmou que não existe nenhum lugar no mundo onde exista fábrica de fertilizantes que não aconteça poluição do ar e da água, salientando que isso é extremamente minimizando no EIA/Rima, com números generalizados, e que na leitura não se consegue depreender o que realmente traria de poluição. Mencionou que a fábrica da Bunge, no Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, dispersa uma poluição que afeta a Lagoa dos Patos, outras lagoas e os mananciais que são usados para irrigação. Após, ressaltou a deficiência do estudo quando usa para modelagem de dispersão aérea de poluentes dados da estação de Florianópolis, afirmando que não se podem transcrever dados da Capital para Anitápolis, que fica perto da serra, tem outro regime de ventos, outro regime de chuva, ou seja, é uma outra condição. Finalizando, citou problemas com a chuva ácida, problemas de acréscimo de transporte, problemas não considerados com a presença de áreas de conservação e áreas de entorno na vizinhança, reforçando que há muitos pontos frágeis nessa análise. Retomando a palavra o Senhor Presidente, Deputado Estadual Décio Góes, agradeceu pela presença ao Senhor Alfredo Sonza, Articulador Territorial do Litoral Sul Catarinense, Ministério da Pesca e Aqüicultura; ao Senhor Geraldo Luis da Silva Jardim, Presidente da Rede Latino-Americana Interdisciplinar de Plantas Medicinais, Aromáticas e Nutracêuticas (Reliplan); ao Senhor Alexandre Bossle, Jornalista, representando o Movimento Grito das Águas/Imaruí; ao Senhor João Batista Cruz, representando a Rádio Difusora de Laguna; ao Senhor Augusto Wildt, representando o Deputado Estadual Edison Andrino; ao Seminarista Adriano Rosa da Silva, representando o Padre Realdo Sartor, pároco de Imaruí; ao Senhor Enildo de Oliveira Neubert, Engenheiro, representando a Epagri, sede Florianópolis; ao Senhor Renato Vieira de Oliveira, Presidente da União de Pescadores do Litoral Catarinense (Unipesca); ao Senhor Walter Tavares, Administrador do Porto de Laguna; do Eduardo Santos Duarte, representando a Associação dos Moradores do Mar Grosso/Laguna; e à Senhora Francisca Lúcia Calazans Tomaz, representando a Pastoral da Criança e Damas de

Caridade de Laguna. Depois justificou a saída do Deputado Dirceu Dresch, que participará de aula inaugural na Universidade Federal da Fronteira Sul, em Chapecó. Dando sequência à reunião, passou a palavra ao Engenheiro Francisco de Assis Beltrame, Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar, neste ato representando o Presidente do Comitê, Senhor Eduardo Silvério Nunes, que disse estar ali para apresentar o relatório da Câmara Técnica IFC, elaborado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão. Informou que a Câmara teve por objetivo fundamentar o posicionamento acerca dos impactos ambientais que repercutirão nos recursos naturais, socioambientais, em especial os hídricos. Explicou que o trabalho teve como base informações obtidas na própria IFC, como o EIA/Rima, o processo da Fatma, o processo administrativo que concebeu a LAP - foi feita vistoria no local, subsidiaram-se do Plano Estadual de Recursos Hídricos no Estado de Santa Catarina, do Diagnóstico e do Plano Integrado do Comitê da Bacia Hidrográfica e da SDS. Fez um agradecimento especial ao Deputado Décio Góes, ao Deputado Joares Ponticelli e ao atual Secretário Regional, Haroldo de Oliveira Silva, o Dura, na busca da documentação na Fatma para a análise. (*Procede-se à apresentação de slides.*) Contou que o processo teve início em junho de dois mil e nove, quando também tiveram o conhecimento, e que em novembro saiu o parecer. Em seguida, mostrou um mapa e começou a descrever o processo que inicia com o transporte de sessenta e seis mil toneladas de enxofre, importado pelo Porto de Imbituba, que é levado por transporte rodoviário até Anitápolis, onde será processado numa fábrica (que fica dentro de empreendimento) de ácido sulfúrico (cuja produção anual será de duzentas mil toneladas), obtendo como produto trezentas mil toneladas de concentrado de fosfato. Destacou que o ácido sulfúrico é um reagente para formar o superfosfato simples, obtendo nessa reação quinhentas mil toneladas de superfosfatos que serão levados até a estação rodoviária de Lages. Apontando o mapa, situou onde ficará a mineração, o pátio industrial, a barragem de água bruta, onde se localiza o Rio Pinheiros e a barragem que vai receber os rejeitos altamente contaminados, altamente tóxicos, com muitos poluentes, frisando que a paisagem vai mudar totalmente. Explicou que a primeira barragem será abastecida por quinze anos e depois eles vão para a segunda barragem, que vai ter mais de dezoito anos de atividade, completando os trinta e três anos de ciclo do empreendimento; e reforçou que todas as barragens estão sobre o leito do Rio Pinheiros. Em uma das fotos, chamou a atenção para a araucária, que está em extinção, porque a empresa disse que haveria recuperação ou replante dessa espécie, porém falou que no local foi constatado um verdadeiro crime ambiental, visto que escavaram a base da árvore, o que impede a circulação da seiva na planta. Informou que a equipe foi multidisciplinar e que analisaram alguns tópicos correlacionados aos recursos hídricos: balanço de massa, barragens no Rio Pinheiros e suas implicações, climatologia, hidrogeologia, hidrografia, radioatividade, e análise sobre a biota (fauna, flora, organismos bentônicos, aves, répteis e peixes). Disse que através desse estudo elencaram catorze itens, que estão detalhados no relatório que já foi entregue à Comissão de Meio Ambiente, e também está no *site* do Comitê da Bacia do Rio Tubarão. Salientou que, apesar do grande volume de dados e da dificuldade que tiveram de acesso às informações e ao pouco tempo disponível de avaliação, foi possível levantar questionamentos importantes quanto à consistência técnica. [*Taquígrafo-revisor: Ana Rita Moriconi de Souza*] Listou itens, afirmando que o primeiro levantado foi a constatação de que há excesso da adição de ácido sulfúrico ao minério concentrado. Como a EIA-Rima cita a presença de fluorepatita na matéria-prima, deve ser acrescentada uma unidade fabril correspondente à retenção do fluor, que é de sete toneladas/dia. Sendo assim, questiona-se o conjunto do relatório, pois há informações que foram omitidas, pondo em dúvida o restante do relatório. Como pontos críticos do empreendimento, citou a interferência dos impactos no leito do rio dos Pinheiros, a modificação do curso do mesmo rio, pelo barramento, com a fixação da barragem para a captação de água e as duas barragens de rejeitos. Destacou que as barragens de rejeitos são projetadas

para serem executadas a partir do eixo do rio dos Pinheiros, tendo lagos e lâminas d'água e de rejeitos cobrindo as margens em uma grande área de vegetação nativa, que será destruída e causará danos irreparáveis. Comentou sobre a climatologia, afirmando que os dados sobre precipitação e vazão dos rios não são consistentes, o que comprometem a conclusão a respeito da viabilidade do empreendimento. Questionou dados apresentados nos relatórios, como os relativos à qualidade da água e à análise da quantidade de fósforo que será misturada às águas dos rios, que ficariam muito acima do nível considerado seguro. Disse que mesmo assim a Fatma liberou a licença prévia, condicionando ao atendimento da legislação vigente, porém permitiu que fossem lançados nos efluentes concentrações muito acima dos limites toleráveis. Falou que são necessárias novas análises de amostragem e análise físico-químicas das águas superficiais da região do empreendimento; e comentou as insuficiências e inconsistências em relação aos estudos hidro-geológicos, requerendo que sejam disponibilizadas, para aprofundamento, análises complementares em relação à permeabilidade e à erodibilidade do solo, estratigrafia de montante à jusante e estudos de correlação dos aquíferos fraturados da região. Afirmou que também foi analisada a questão da radioatividade, sendo imprescindível a realização de estudos mais consistentes em relação à natureza radioativa das rochas. Comentou que haverá grandes prejuízos à fauna e à flora local, em muitos pontos e de forma irreversível. Ainda, disse que somente com a utilização de metodologias variáveis que será possível um diagnóstico mais preciso a respeito da riqueza das espécies da área. Com base no princípio da precaução aplicada às questões ambientais, e considerando as informações recebidas, as ciências e tecnologias disponíveis, as análises minuciosas realizadas pela equipe técnica que subscreve o documento e pelos fundamentos expostos no parecer, conclui-se pela inviabilidade técnica do empreendimento nas condições do EIA-Rima, e, portanto o parecer é contrário à implantação do Projeto Anitápolis. Encerrando, falou que esse era o parecer do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e complexo Lagunar, e agradeceu pela oportunidade. Por conseguinte, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Décio Góes, passou a palavra ao Senhor Antônio Adílio da Silveira, que cumprimentou todos. Afirmou que esteve presente na última audiência pública sobre o assunto, em Braço do Norte, e que lá escutou algumas pessoas falarem que muitas pessoas ali presentes não eram da região, que eram "eco-chatos", mas disse que não era nada disso, que eram pessoas preocupadas com o meio ambiente, com a água, afirmando que trabalha na Casan e sabe das dificuldades de se trabalhar com a água de rios e mananciais poluídos. Contou que trabalhou no Comitê da Bacia do Urussanga, que é muito menor do que a Bacia do Braço do Norte, e que lá não é diferente do que pode acontecer na Bacia do Braço do Norte e também na do Rio Araranguá. Comentou o exemplo de Criciúma, onde a água tem de ser captada a mais de quarenta quilômetros do centro da cidade, porque a indústria do carvão poluiu os lugares de onde era retirada a água, e municípios como Forquilha e Maracajá, onde já não existe água superficial para o abastecimento. Lembrou que trabalhou na IFC no começo da década de mil novecentos e oitenta e que fazia a análise da água e também da matéria-prima do fosfato, para ver a concentração de apatita nas rochas. Afirmou que em mil novecentos e oitenta e dois já estava tudo pronto para o início da mineração, mas que não existia a planta de beneficiamento do ácido sulfúrico, porque o minério seria transportado no minério-duto até Imbituba e lá seria feito o beneficiamento. Citou que naquela época não se pediam relatórios do EIA-Rima e de impacto ambiental, e que por causa de uma crise financeira nacional o empreendimento não foi adiante. Concluiu dizendo que, se houver a presença de fosfato na água, vai haver a eutrofização da água e assim poderá haver a incidência de algas tóxicas, acarretando problemas de abastecimento de água para a região. Terminando, falou do problema da Lagoa da Urussanga Velha, contaminada por rejeitos piritosos, que acabou com a colônia de pescadores, prejudicando muitas famílias que viviam da pesca. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Gabriel Faria de Oliveira, Defensor Público Federal, que

cumprimentou todos e lembrou que até aquele ponto da audiência pública foi falado sobre os aspectos ambientais do empreendimento e que a sua parte, como defensor público federal, era defender as pessoas que são vulneráveis socialmente, possuindo atribuições para propor ações civis públicas. Afirmou ter tomado conhecimento do parecer da doutora Sônia Hess que trouxe relatos sobre os danos que o empreendimento irá trazer às saúdes pública e humana, danos que não foram aventados no Estudo de Impacto Ambiental feito pela IFC. Segundo ele, o relatório afirma que futuramente o empreendimento trará danos à saúde da população de municípios como Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Rancho Queimado e Angelina, e que a rede hospitalar da Grande Florianópolis e do entorno absorverá todas as demandas de saúde que surgirão. Disse que a Defensoria Pública instaurou procedimento para provocar a Secretaria Estadual de Saúde e o Ministério da Saúde a emitir parecer assumindo a responsabilidade prévia pela saúde da população que venha a ser afetada. Falou que deve ser feito um estudo sobre o impacto do empreendimento à saúde humana, descobrir se ele é aceitável socialmente; se for tolerado, quantificar isso em dados monetários para que a empresa prepare-se para suportar esse valor, e, se o empreendimento for intolerável à saúde humana, fazer com que se breque a instalação da empresa. Afirmou que é preciso o apoio da população, trazendo elementos e dados que ajudem nas decisões. Por fim, informou seu telefone direto, colocou-se à disposição de todos, e agradeceu pela manifestação. O Senhor Presidente Décio Góes passou a palavra ao Senhor Ademir Milo Motta Da Silva, que cumprimentou todos; anunciou-se como representante da Associação dos Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral; e colocou uma discussão: o porquê de todos estarem ali reunidos. Ilustrou, com imagens, o modelo de agricultura convencional estabelecido em todo o planeta, a agricultura intensiva, que faz uso constante dos recursos naturais, dos fertilizantes de origem mineral e de agrotóxicos, e, em contraponto, expôs exemplos de agricultura sustentável, em que o uso de agrotóxicos e fertilizantes naturais é mais frequente. Citou a agricultura familiar, que segundo o Governo Federal, produz setenta e cinco por cento dos alimentos no Brasil; enumerou exemplos de cooperativas e agricultores que trabalham com a agricultura sustentável e respeitam a terra, realçando que muitos empregos são gerados nesses processos; e afirmou que a fosfateira de Anitápolis vai gerar aproximadamente quatrocentos e vinte empregos e que a criação de novos projetos agrícolas, como o Blue House, supriria a geração de empregos e de renda prometida pela implantação da fosfateira. Falou não ser contra Anitápolis, mas sim contra a fosfateira; e disse que em municípios como Braço do Norte, Tubarão e Laguna o abastecimento de água ficará prejudicado, pois os rios que abastecem essas cidades ficarão poluídos, comprometendo o turismo e o desenvolvimento social. Afirmou que é contra a fosfateira, mas que luta pelo desenvolvimento sustentável do Sul do Estado, citando a agricultura familiar, a agricultura orgânica e o turismo no espaço rural como caminhos para este fim. Comentou que há um problema em Braço do Norte com relação à criação de suínos e ao destino de seus dejetos, o que, por ser uma economia forte, acaba criando problemas ambientais e sociais. Falou sobre o projeto da Embrapa, denominado Projeto Agro-suíno, que transforma dejetos suínos em fertilizantes, propondo essa técnica para Braço do Norte e para o resto do Estado, afirmando que a sociedade ganhará com isso devido à diminuição do impacto ambiental provocado pela suinocultura. Ainda, propôs que seja desenvolvido um movimento favorável à cidade de Anitápolis e à Encosta da Serra Geral, para que ocorram ligações asfálticas e projetos de turismo e agricultura sustentáveis; e que se levante a bandeira da transformação de dejetos suínos como geração de fertilizantes. Finalizando, pediu à população de Laguna e ao prefeito Célio Antonio que aderissem à ação civil pública acionada pelo Montanha Viva. A seguir, o Senhor Presidente chamou à mesa o Senhor Eduardo Bastos Moreira Lima, que cumprimentou todos e elogiou o Vereador Eduardo Nacif Carneiro, de Laguna, o Prefeito Merio, de Rancho Queimado, o Deputado Décio Góes e todos que contribuíram para a luta do movimento que representa uma oportunidade aos moradores da

região para serem ouvidos, o que prova que quando a sociedade quer algo e luta unida ela consegue. Agradeceu às pessoas que estavam com as camisas com a campanha "Avatápolis não", em referência ao filme Avatar, pois algo semelhante ao que acontece no filme pode ocorrer em Anitápolis. Afirmou que a sociedade está clamando por outro tipo de alternativa e entregou ao prefeito de Laguna, Célio Antônio, uma cópia da ação civil pública, pedindo que a prefeitura ingresse no quorum passivo da ação para participar da mesma, ajudando toda a coletividade, e lembrando que o movimento é apertado, porque a questão perpassa sobre isso. Após, fez um retrospecto da situação atual da ação, dizendo que foi concedida liminar no dia vinte e um de outubro de dois mil e nove e que esta foi mantida. Criticou as empresas que, mais uma vez, não estiveram presentes à audiência pública, fugindo do diálogo com a sociedade, assim como a Fatma. Afirmou que o material do comitê foi entregue à Fatma, ao Ibama e aos Ministérios Públicos Federal e Estadual para que fossem apurados os crimes cometidos contra a flora e contra a administração ambiental, como omissão, inserção de dados equivocados, comentando que para ele o EIA-RIMA é fraudulento que espera que o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, o Ibama e a Fatma apurem as responsabilidades. Para encerrar, pediu o apoio de todos à luta e agradeceu pela oportunidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra ao público presente na audiência pública. Primeiramente falou ao Senhor Geraldo Luiz da Silva Jardim, que afirmou ter trazido uma apresentação em que mostra como é o local onde será construída a fosfateira, evidenciando a beleza das nascentes que geram aquela água. Disse que, como agricultor, está lutando para que a classe política se sensibilizasse com a situação, destacando a luta do Vereador Eduardo (afirmou que este foi o primeiro a lutar por essa causa e a apoiar o movimento), o prefeito Célio, que também apoiou a luta [*Taquigrafo-revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*]], assim como o Deputado Décio Góes, que sempre esteve presente, falando que são pessoas que acreditam no movimento e que perceberam a gravíssima situação de colocar uma fosfateira numa nascente da serra, pois que vai abrir caminho para a destruição de Rancho Queimado a Urubici. Afirmou que a água é um bem imprescindível para a humanidade, que precisam de chuva para a agricultura e que por essa razão o empreendimento pretendido é um absurdo, apoiado por um governador que também não vê a capacidade de agroturismo, de ecologia, de economia dos cidadãos da região. Disse que a maioria dos presentes à audiência não eram ambientalistas, mas agricultores preocupados com o futuro e desejosos de continuar vivendo nos sete vírgula três por cento que sobraram de mata atlântica no Brasil. Falou que a população deve ter consciência de que o solo não é de um político ou de um governo, mas do povo, e que por essa razão não podem acreditar no discurso de políticos e ignorantes que determinam tudo com as empresas e não com o povo, fazendo negociações que vão contra a população. Em seguida, através da apresentação em *PowerPoint*, mostrou várias imagens do local que será devastado, da barragem citada pela doutora Maria Paula Marimon, caso se concretize essa obra, que dentre outras coisas fará com que as pessoas que moram perto da barragem sejam enxotadas, como muitas já foram e que atualmente vivem em favelas de Florianópolis; e disse que a chuva ácida, num raio de cinquenta quilômetros em linha reta, pode prejudicar mais de vinte e um municípios. Concluindo, afirmou ser muita ignorância visar somente o lucro a custo da população, do subsolo brasileiro, oferecendo em troca à população apenas impostos, que não mudam em nada a vida das pessoas. O Senhor Presidente Décio Góes, passou a palavra ao Vereador Pedro Raimundo Sobrinho, Presidente da Câmara Municipal de Imaruí, que cumprimentou todos os presentes e disse que se fazia acompanhar de outros Vereadores de Imaruí para dizer que "chega de poluição na região!" Afirmou que o Rio Tubarão joga milhares de dejetos na Lagoa de Imaruí; que os dois mil e seiscentos hectares de arroz plantados somente no vale do Rio D'Una acabam também despejando veneno na Lagoa Mirim, na Lagoa de Imaruí e na Lagoa da Laguna; e que a construção da ponte de Cabeçudas pegou de Imaruí praticamente um quilômetro de aterro, não deixando as águas subirem para a lagoa,

questionando até quando iriam suportar tudo aquilo. Destacou que Imaruí tinha vinte e um mil habitantes e que hoje estava com algo em torno de doze mil, em função de que as pessoas foram para outras cidades devido à poluição, que estava acabando com a lagoa. Conclamou o prefeito de Laguna, Senhor Célio Antônio, de cujo município Imaruí foi distrito, a se unir a eles, junto com o Deputado Décio Góes, para ajudarem a comunidade, que é atuante, citando como exemplo a presença na audiência de um pai com o filho no colo, que até aquele momento, vinte e duas horas, estava ali demonstrando sua preocupação com o futuro do filho. Encerrou dizendo que esperavam contar com o auxílio do Deputado Décio Góes, parlamentar atuante e da região, assim como ele também poderia contar com os nove Vereadores de Imaruí. Na continuidade da audiência, a palavra foi passada ao Vereador José Paulo Ramos (Zézo), de Laguna, que desejou uma boa-noite a todos os presentes e disse que deixaria para a mesa dos trabalhos, a fim de que fizesse parte daquela audiência, cópia da ata da audiência pública da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia realizada em Laguna, em 2009, quando foi discutida a dragagem do Rio Tubarão, dragagem essa que as comunidades de Imituba, Imaruí e Laguna pedem que seja feita do início do canal do Rio Tubarão até a ponte de Cabeçadas, e na qual constavam vários outros projetos necessários às comunidades. Afirmou que naquela audiência várias pessoas que tiram das águas o seu sustento se manifestaram e que naquele momento, além de discutirem o impacto ambiental, também estavam discutindo o único emprego de muitas pessoas das regiões de Imaruí, Imituba, Laguna e Jaguaruna, que tiram das águas o sustento de suas famílias. Também, lembrou do documento elaborado para a Amurel que fala de toda a biota do Complexo Lagunar e do rio Tubarão, e reportou-se a duas reportagens publicadas no Diário Catarinense, uma de maio de mil novecentos e noventa e três, que denunciava a intensa contaminação das águas do Rio D'Una durante os meses de desenvolvimento e colheita do arroz, e outra de outubro de mil novecentos e noventa e quatro, que anunciava o corte do abastecimento de água para Imituba pela Casan em função da existência de índices de agrotóxicos muito acima do permitido, questionando quais as atitudes que o Estado tomou para resolver a questão e afirmando que o que se vê na região de Imituba é a Fatma liberando autorização para várias fazendas de arroz, que a cada dia jogam mais veneno no Complexo Lagunar. Terminou dizendo que essas questões têm que ser muito bem observadas a fim de que esse processo da fosfateira não cause danos à vida das pessoas e à natureza, e agradeceu aos organizadores da audiência a sua realização, salientando a necessidade de se unirem para defender o meio ambiente, já que é dele que depende a vida de todos. Em seguida o Presidente Décio Góes passou a palavra ao Senhor Luiz Henrique Fragoas Pimenta, geólogo e professor-colaborador da Universidade do Estado de Santa Catarina, que cumprimentou os presentes e disse que queria deixar como reflexão algumas colocações: que a omissão de informações nos estudos de impacto ambiental fazem com que muitas vezes as pessoas não entendam realmente quais os impactos provocados e que pela Lei de Crimes Ambientais as pessoas que fazem esses estudos podem e devem ser responsabilizadas criminalmente pelo que escrevem e pelo que defendem; que se deve levar em conta o absurdo de uma indústria se instalar próximo às nascentes de uma área sujeita a inundações bruscas, como é o caso de Anitápolis, gerando um cenário de vulnerabilidade para todas as pessoas que vivem ao longo do vale até Laguna; e que Anitápolis se encontra bem no meio da área que liga duas unidades de conservação (o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e o Parque Nacional de São Joaquim), reforçando o compromisso da própria região de desenvolver um trabalho sério de turismo, de agricultura voltada à sustentabilidade, e que criar o empreendimento no meio dessas duas áreas é fragmentar de vez a mata atlântica e promover a extinção da biodiversidade a longo prazo. Considerou que o importante é investir mais nas comunidades para que as atividades voltadas ao turismo e à agricultura sustentável se fortaleçam na região, e disse que, se os três milhões e quinhentos mil reais da árvore de Natal de Florianópolis fossem aplicados nas comunidades, muitos projetos

poderiam se desenvolver, contribuindo para a economia da região. Concluiu dizendo que sua participação na audiência foi mais no sentido de que todos reflitam que uma indústria naquela área é totalmente inadequada do ponto de vista técnico e não vai trazer nada de efetivo a curto, médio e longo prazo às comunidades que vivem na região. Na sequência, a palavra foi passada ao Senhor Daniel Franco, técnico da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, que cumprimentou os presentes e disse que trabalhava nas encostas da serra, o que abrangia também o município de Anitápolis, e que na discussão feita com os agricultores da região sobre o empreendimento não entendiam como um município que desenvolve um projeto de agroturismo, que faz com que o agricultor desenvolva uma agricultura sustentável, agroecológica, familiar, e que é considerado destino-referência no Ministério do Turismo em turismo rural, queiram nele instalar um empreendimento que vai acabar com os dez anos de luta travada para que ele fosse considerado referência em turismo rural. Afirmou ser uma contradição muito grande do Ministério e do Governo Federal apoiarem um projeto que busca a agroecologia e apoiarem a implantação de uma fosfateira que só vai trazer benefício ao grande produtor. Frisou que acreditava poder falar em nome das cento e setenta famílias das encostas da serra geral, afirmando serem contra a instalação da fosfateira, tendo em vista que apresentavam uma alternativa para a região de desenvolvimento turístico sustentável que valorizava o homem do campo e fazia com que esse homem permanecesse na terra. Encerrou agradecendo pelo espaço cedido e dizendo que querem trazer mais desenvolvimento para o município de Anitápolis e para toda a encosta da serra geral, mas de maneira que traga benefícios para o agricultor, fazendo com que ele permaneça na terra desenvolvendo suas atividades, e não trocando de atividade para trabalhar numa fosfateira. O Senhor Presidente, Deputado Décio Góes, passou a palavra à Senhora Leticia Weigert, agricultora de Rancho Queimado, que cumprimentou os presentes e disse que questionava o argumento de desenvolvimento colocado por quem defendia a instalação da fosfateira, pois era diferente do seu conceito de desenvolvimento, e perguntava que desenvolvimento era esse que matava um rio, que matava a biodiversidade e que matava os valores locais. Afirmou que a vocação de Anitápolis nunca foi indústria química, mas agricultura sustentável e turismo sustentável, e destacou que gostaria que o prefeito de Anitápolis estivesse presente à audiência e que o governador ouvisse o que estava sendo falado, porque são pessoas que defendem a instalação da fosfateira e não sabem da realidade local. Finalizou afirmando que os cidadãos de todos os municípios envolvidos não permitirão que a fosfateira se instale em Anitápolis, frisando que se for necessário, caso não surta efeito todas as ações que estão sendo empreendidas, barrarão com os próprios corpos a chegada dos caminhões quando do início das obras. O Senhor Presidente, dando continuidade, passou a palavra à Senhora Maria Regina Flores da Silveira, da Associação de Moradores de Perrichil (Laguna), que cumprimentou os membros da mesa e disse que já havia sido dito o suficiente para mostrar que existe um grande desrespeito em relação ao que diz o artigo sexto da Carta Magna do País, pois que infelizmente os órgãos competentes não conhecem a resolução do Conama e o Código Florestal ao insistirem em dar aos empresários irresponsáveis que gostam de financiar a destruição do planeta as licenças ambientais. Falou que a sua manifestação era dirigida principalmente àquele segmento da sociedade que mais vai sofrer com o empreendimento, que tira o seu sustento da agricultura e das lagoas, e que infelizmente estava ali implorando que a lei fosse cumprida. Encerrou dizendo que teriam que estar unidos e lutar para que a realidade vivida no Brasil fosse alterada. Na sequência, a palavra foi passada à Senhora Rejane da Silva Madalena, da Comissão Pastoral da Terra, que cumprimentou os presentes e respondeu à colocação da Senhora Leticia Weigert sobre desenvolvimento dizendo que atualmente a Bunge é a maior produtora de soja transgênica no mundo e que por isso tem grande interesse em ser a dona do empreendimento, porque necessita dessa soja para alimentar o gado confinado lá na Ásia, a fim de que possam exportar para o resto do mundo. Afirmou que o que eles fizeram

pelo mundo afora, terminando com suas matas, seus rios, suas montanhas, querem fazer aqui no Brasil, e que através dos movimentos devem dizer não a essa situação, principalmente pelo fato de que hoje não se sabe nem onde encontrá-los, já que tanto a Bunge como a Yara estão se travestindo através da Vale. Esclareceu que através do abaixo-assinado que está circulando a Comissão Pastoral da Terra está tentando se organizar para fazer um movimento em que todas as pessoas tenham acesso às informações e que o cidadão comum compreenda o que significam as informações técnicas contidas no EIA/Rima, a fim de que não sejam manipulados por pessoas ou empresas que só pensam em benefício próprio. Solicitou que outros órgãos, outras entidades, outros grupos se aliassem à mobilização de levar às pessoas os devidos esclarecimentos, porque estas não têm noção do que a chuva realmente pode ocasionar, coisa que foi omitida pelo EIA/Rima, assim como têm que entender que a situação da água e do peixe pode ficar comprometida, pois com o assoreamento e com a criação de algas surgirá a maré vermelha. Terminou falando que gostaria que os presentes refletissem sobre o que havia acabado de falar e agradeceu o espaço, desejando uma boa noite a todos. O Senhor Presidente, Deputado Décio Góes, passou a palavra ao último inscrito, Senhor Antônio Vieira, que desejou uma boa-noite a todos e disse que o povo quer entender porque uma pessoa vai à esfera federal por causa de um sambaqui e de um osso que ninguém sabe do que é, se existe uma portaria em Brasília que favorece os pescadores do Complexo Lagunar, que abre o aterro da Cabeçudas, que abre uma barra na Lagoa Mirim e que ainda não foi assinada. Afirmou que em detrimentos dos moradores da região, a Fatma libera uma fosfateira em Anitápolis, servindo a bacia do rio Tubarão e o Complexo Lagunar como fossa para todo o agrotóxico que virá de lá. Ao encerrar, solicitou que os políticos tivessem consideração pela população e anulassem definitivamente a instalação do empreendimento, não deixando que mais gente morra envenenada no Complexo Lagunar. O Senhor Presidente, Deputado Décio Góes, retomando a palavra, agradeceu a participação de todos os inscritos e elencou os encaminhamentos que conseguiu abstrair da audiência: 1. com relação a buscar outras alternativas ao movimento favorável à cidade de Anitápolis, a Comissão de Turismo do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa se coloca à disposição para auxiliar no que for preciso, inclusive com o Vereador de Anitápolis podendo ser o porta-voz para se pensar em outras ações; 2. sobre a questão dos dejetos de suínos, aproveitar alguns estudos existentes, inclusive baseados em pesquisas da Embrapa, como alternativas para a questão da produção de adubos orgânicos; 3. que as cidades de toda a bacia hidrográfica atingidas pelo empreendimento possam subscrever a ação do município de Braço do Norte, ou entrar como litisconsorte, sendo parceiras da ação que já está correndo, ou entrar com uma ação idêntica, ou ainda entrar com uma outra ação em cada comarca; 4. que sejam reunidos todos os documentos para encaminhar à Fatma e ao Ibama, a fim de que tenham noção do que é produzido nas audiências públicas; 5. que se agilize a marcação da data da audiência pública que será realizada em Brasília, aprovada pela Câmara dos Deputados, a fim de dar visibilidade nacional à questão vivenciada pela população da região; 6. que seja realizado um seminário regional sobre plano de desenvolvimento sustentável para a bacia dos Rios Braço do Norte e Tubarão e Complexo Lagunar, verificando as vocações regionais e naturais desse sistema hídrico, sendo que a Comissão de Turismo e Meio Ambiente poderia atuar somente como parceira do evento, pois não tem autonomia para assumir na totalidade um evento dessa natureza. A seguir o Senhor Ademir Milo Motta da Silva pediu a palavra para fazer uma complementação, reforçando que a questão de discutir o desenvolvimento sustentável de toda a bacia é fundamental e que seria muito importante a realização de um debate em Braço do Norte sobre a transformação dos dejetos de suínos em fertilizantes organominerais, contando com o apoio da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, do Comitê de Bacia do Rio Tubarão, das prefeituras, de ONGs, e convidando para o debate representantes do Governo Federal, da Embrapa e do Governo do Estado, exigindo do Governo Federal mais investimentos nas

políticas de pesquisa para a geração de fertilizantes a partir dos dejetos de suínos. Retomando a palavra, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Décio Góes, deu continuidade à sua falação dizendo ser necessário reforçar a idéia da visibilidade dos estudos existentes sobre os dejetos de suínos, sendo esta uma das alternativas que a Comissão tem apresentado ao projeto da fosfateira. Reportando-se ao que havia dito o pescador Antônio Vieira sobre a portaria que está no Ibama, afirmou que já havia questionado o Ibama a esse respeito no ano passado no sentido de que os técnicos de Brasília fossem até a comunidade para compreenderem a cultura de pesca, assim como o prefeito Célio Antônio também tem ido ao Ibama na tentativa de resolver essa pendência, e sugeriu que como agora é uma comissão conjunta, Ministério da Pesca e Ibama, e como o Ministro Gregolin estará em Santa Catarina nos próximos dias, que se aprove a entrega de um documento ao ministro reforçando a necessidade de que a portaria seja assinada imediatamente, tendo em vista que o defeso já está chegando. Após a concordância de todos os encaminhamentos por parte da plenária, o senhor presidente agradeceu a participação de todos, parabenizou-lhes pelos avanços conseguidos até o momento, e encerrou a audiência pública. [Taquígrafo-revisor: Siomara G. Videira.]

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

DEPUTADO DÉCIO GÓES

PROPOSANTE

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 089/2010

REFERENTE: 03º Termo Aditivo ao Contrato CI n.º 009/2010-00, que tem por objeto a prestação de serviços (fornecimento de jornais, revistas e periódicos).

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: INDOBEL Assinatura, Leitura e Publicações LTDA-ME..

OBJETO: Alteração quantitativa do contrato, acrescentando 01 (uma)

assinatura da "Revista Veja" e 01 (uma) assinatura da "Revista Isto É".

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I alínea "b" e § 1º da Lei n.º 8.666/93;

Cláusula Quarta, item 4.1 do Contrato Original; Autorização Administrativa.

VALOR: R\$ 89,36 (oitenta e nove reais e trinta e seis centavos) mês.

Florianópolis, 20 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC

Rosely Much - INDOBEL Ltda - Me

*** X X X ***

EXTRATO Nº 090/2010

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 014/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: TORDESILHAS Participações e Eventos Ltda.

OBJETO: Inscrição de 06 (seis) membros e servidores da ALESC no 7º

Seminário Binacional de Gestão Pública Municipal que acontecerá na cidade

de Seixal, região de Lisboa - Portugal, entre 24 e 28 de maio corrente.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput" e inciso II Lei 8.666/83

VALOR: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Florianópolis, 20 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC

Tordesilhas participações e Eventos Ltda

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA

PROVISÓRIA Nº 172/2010

Concede abono aos servidores do Quadro Único de Pessoal Civil da Administração Direta, lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e seus órgãos subordinados e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído abono de R\$ 300,00 (trezentos reais) aos servidores, ativos e inativos, do Quadro Único de Pessoal Civil da Administração Direta, lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e seus órgãos subordinados a ser pago a partir do mês de agosto de 2010.

Art. 2º Sobre o valor do abono previsto no art. 1º desta Lei, não incidirá nenhum adicional, indenização, gratificação ou vantagem pecuniária, exceto a gratificação natalina, gratificação de férias e as consignações a que estiver sujeito o servidor.

Art. 3º O valor do abono previsto no art. 1º desta Lei é concedido ao servidor sujeito ao regime de quarenta horas semanais, sendo aplicado à proporcionalidade por carga horária e aos proventos da aposentadoria, reserva ou reforma remunerada.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0159.1/2009

O art. 3º do Projeto de Lei nº 0159.1/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 11/05/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 159/09

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores Caldas da Imperatriz, com sede no Município de Santo Amaro da Imperatriz.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores Caldas da Imperatriz, com sede no Município de Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 302/09

Concede o Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Roberto Luiz d'Ávila.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Roberto Luiz d'Ávila.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0308.7/2009

A Ementa e os arts. 1º e 3º do Projeto de Lei PL/0308.7/2009 passam a vigorar com a seguinte redação:

Declara de utilidade pública a Associação Assistencial e de Promoção Social Lar Anjo Querido, de Biguaçu.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Assistencial e de Promoção Social Lar Anjo Querido, com sede no município de Biguaçu.

(...)

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Sala da Comissão em

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 12/05/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 308/09

Declara de utilidade pública a Associação Assistencial e de Promoção Social Lar Anjo Querido, de Biguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Assistencial e de Promoção Social Lar Anjo Querido, com sede no município de Biguaçu.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 375/09

Proíbe a disponibilização e/ou divulgação de informações de caráter privado nos sites oficiais do Poder Executivo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica proibida a disponibilização e/ou divulgação, nos sites oficiais do Poder Executivo do endereço residencial do proprietário de veículo licenciado no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A infração ao disposto no artigo anterior gerará ao ofendido o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0467.0/2009

O art.3 do Projeto de Lei nº 0467.0/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil".

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão 11/05/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 467/09

Declara de utilidade pública a Ação Social Santo Antonio de Itapema.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Ação Social Santo Antonio de Itapema -ASAI, com sede no município de Itapema.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para

o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2010
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 493/09

Denomina Sub-Tenente Jucemar Cesconetto o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar, do Município de Barra Velha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Sub-Tenente Jucemar Cesconetto, o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar, do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2010
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº

PL/0618.7/2009

O artigo 3º do Projeto de Lei nº PL/0618.7/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Sala da Comissão em
Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão 11/05/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 618/09

Declara de utilidade pública a Associação de Equoterapia Vale do Itajaí e Litoral - ADEVIL, de Itajaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Equoterapia Vale do Itajaí e Litoral - ADEVIL, com sede no município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2010
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0628.9/2009

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 0628.9/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil."

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 11/05/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 628/09

Declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Joni Gool, de São Miguel d'Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Amigos da Joni Gool - AAMJO GOOL, com sede no município de São Miguel d'Oeste.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2010
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº

PL/0013.6/2010

O artigo 3º do Projeto de Lei nº PL/0013.6/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Sala da Comissão em
Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão 11/05/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 013/2010

Declara de utilidade pública o Circulo Trentino di Luzerna, com sede no município de Luzerna.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Circulo Trentino di Luzerna, com sede no município de Luzerna.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2010
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0029.3/2010

O art.3º do Projeto de Lei nº PL/0029.3/2010 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala da Comissão, em
Deputado Antonio Aguiar

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 05/05/10

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 11/05/10

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0029.3/2010

O art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0029.3/2010 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Os estabelecimentos hospitalares deverão, obrigatoriamente, sob pena de responsabilidade, adotar os procedimentos abaixo, no caso de óbito de paciente, cujos familiares ou responsáveis não foram localizados ou são desconhecidos".

Sala da Comissão, em
Deputado Antonio Aguiar
APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 05/05/10
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 11/05/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 029/2010

Dispõe sobre os procedimentos para comunicação de óbito e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos hospitalares deverão, obrigatoriamente, sob pena de responsabilidade, adotar os procedimentos abaixo, no caso de óbito de paciente, cujos familiares ou responsáveis não foram localizados ou são desconhecidos:

I - em se tratando de paciente identificado, serão utilizados todos os meios de comunicação necessários, de abrangência local, regional e estadual, no prazo máximo de 4 (quatro) horas após a ocorrência do óbito, objetivando a localização de familiares ou responsáveis; e

II - não havendo êxito no procedimento anterior, este será repetido pelos próximos 30 (trinta) dias, destacando-se a informação em caráter de utilidade pública.

Parágrafo único. Nos casos de paciente não identificado, os procedimentos mencionados nos incisos anteriores, serão realizados com base em dados descritivos, tais como, sexo, cor da pele, olhos e cabelos, altura, peso aproximado, compleição física e idade estimada.

Art. 2º Os procedimentos referidos nesta Lei, serão adotados concomitantemente àqueles previstos na legislação federal, no que se refere à notificação, verificação e registro de óbitos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 032.9/2010

A ementa o art.1º e o inciso II do artigo 3º do Projeto de Lei nº PL/0032.9/2010 passam a vigorar com a seguinte redação:

Declara de utilidade pública a Federação de Futebol Sete Society do Estado de Santa Catarina, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Federação de Futebol Sete Society do Estado de Santa Catarina, com sede no Município de Florianópolis.

[...]

II - atestado de funcionamento atualizado,"

Sala da Comissão em
Deputado Romildo Titon
APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 12/05/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 032/2010

Declara de utilidade pública a Federação de Futebol Sete Society do Estado de Santa Catarina, de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Federação de Futebol Sete Society do Estado de Santa Catarina, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0033.0/2010

O artigo 3º do Projeto de Lei nº PL/0033.0/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil".

Sala da Comissão em

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão 11/05/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 033/2010

Declara de utilidade pública a Liga Serrana de Bocha e Bolão - LSBB, com sede no município de Lages.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Liga Serrana de Bocha e Bolão - LSBB, com sede no município de Lages.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 034/2010

Declara de utilidade pública o Instituto Eco&Ação, com sede no município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Eco&Ação, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 037/2010

Declara de utilidade pública a Associação Cultural dos Pescadores de Otacílio Costa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural dos Pescadores de Otacílio Costa - ASPOC, com sede no município de Otacílio Costa.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 II - atestado de funcionamento atualizado;
 III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº
 PL/0049.7/2010**

O artigo 3º do Projeto de Lei nº PL/0049.7/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 II - atestado de funcionamento atualizado;
 III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 IV - balancete contábil."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão 12/05/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 049/2010

Declara de utilidade pública a Organização Não Governamental Gato do Mato, com sede no município de Caçador.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Organização Não Governamental Gato do Mato, com sede no município de Caçador.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 II - atestado de funcionamento atualizado;
 III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 050/2010

Declara de utilidade pública o Instituto Dingo's Point Ball, de Tubarão.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Dingo's Point Ball, com sede no município de Tubarão.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 II - atestado de funcionamento atualizado;
 III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 052/2010

Declara de utilidade pública o Centro de Integração Social, Beneficente e Cultural Gente da Gente, de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Integração Social, Beneficente e Cultural Gente da Gente, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 II - atestado de funcionamento atualizado;
 III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº
 PL/0054.4/2010**

O inciso II do artigo 3º do Projeto de Lei nº PL/0054.4/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)

II - atestado de funcionamento atualizado;

Sala da Comissão em

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão 11/05/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 054/2010

Declara de utilidade pública a Associação Recanto da Caridade Renascer, de São José.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Recanto da Caridade Renascer, com sede no município de São José.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 II - atestado de funcionamento atualizado;
 III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

**EMENDA REDACIONAL AO PROJETO DE LEI Nº
 PL/0082.8/2010**

O artigo 7º do Projeto de Lei nº PL/0082.8/2010 terá a seguinte redação:

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Araranguá.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda faz-se necessário para corrigir erro redacional do Projeto de Lei, ora em análise, que erroneamente colocou como representante no ato da doação a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Tubarão.

Deputado GILMAR KNAESEL

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão 12/05/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 082/2010

Autoriza a doação de imóvel no Município de Turvo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar, ao Município de Turvo, o imóvel com área de 698,25 m² (seiscentos e noventa e oito metros e vinte e cinco decímetros quadrados), a ser desmembrado de uma área maior, matriculado sob o nº 14.403 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo e cadastrado sob o nº 3533 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração, em que está edificada a EEB Jorge Schütz.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a construção da nova Biblioteca Pública Municipal Ângelo Rovaris.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos, e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Araranguá.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 093/2010

Declara de utilidade pública o Circolo Trentino di Gasparin, de Gaspar.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Circolo Trentino di Gasparin, com sede e foro na Cidade e Comarca de Gaspar.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 096/2010

Declara de utilidade pública a Associação Caminhar Juntos, com sede no município de Balneário Piçarras.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Caminhar Juntos, com sede no município de Balneário Piçarras.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 121/2010

Declara de utilidade pública a União dos Amigos do Meio Ambiente - UAMA, de Balneário Camboriú.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a União dos Amigos do Meio Ambiente - UAMA, com sede no município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 122/2010

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário da Costa de Cima - CONCIM, de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário da Costa de Cima - CONCIM, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 127/2010

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Alemã de Caçador - Deutsche Gruppe Jäger, com sede no município de Caçador.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Alemã de Caçador - Deutsche Gruppe Jäger, com sede no município de Caçador.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 136/2010

Altera a Lei nº 10.568, de 07 de novembro de 1997.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 10.568, de 07 de novembro de 1997, passam ter a seguinte redação:

“Reconhece o município de Nova Trento como Capital Catarinense do Turismo Religioso.

Art. 1º Fica o Município de Nova Trento reconhecido como a Capital Catarinense do Turismo Religioso.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***